

AS COMUNIDADES LUTERANAS INDEPENDENTES NO SUL DO BRASIL: UMA LEITURA DE SUA IDENTIDADE E AUTONOMIA

BRUNO EINHARDT BIERHALS¹; EDGAR ÁVILA GANDRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – brunoebierhals@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – edgargandra@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As comunidades luteranas independentes no sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, surgiram como resultado da organização religiosa dos primeiros imigrantes germânicos. Sem uma hierarquia formal nos primeiros anos de colonização, esses grupos desenvolveram práticas próprias de culto e administração, preservando tradições seculares e uma forte identidade cultural. Essa autonomia inicial consolidou-se ao longo do tempo, distinguindo-os de igrejas maiores como a IECLB.

A manutenção da autonomia, administrativa, financeira e teológica, foi fundamental para essas comunidades. Elas optaram por não se vincular a instituições maiores, garantindo liberdade na escolha de líderes, na condução dos cultos e na preservação da língua e das tradições germânicas. Eventos históricos, como a repressão às instituições ligadas à Alemanha durante a Era Vargas, também reforçaram esse movimento, incentivando a resistência à nacionalização e fortalecendo a ideia de autossuficiência religiosa.

A pesquisa sobre essas comunidades busca compreender os fatores que sustentam sua identidade e resistência à afiliação institucional. Ao analisar aspectos históricos, sociais, teológicos e culturais, destaca-se como a preservação de tradições, o conservadorismo religioso e o princípio do sacerdócio geral dos crentes moldaram sua singularidade. Esse estudo contribui para ampliar a historiografia do protestantismo no Brasil, reconhecendo a diversidade de expressões religiosas e o papel dessas comunidades na preservação da herança germânica e da autonomia eclesial.

2. METODOLOGIA

Destaca-se a importância da metodologia como base indispensável para a pesquisa científica, uma vez que orienta a investigação e assegura a validade dos resultados. A pesquisa busca compreender os motivos que levam comunidades luteranas independentes do sul do Brasil a não se filiarem à IECLB, considerando fatores teológicos, organizacionais, históricos e culturais. Para isso, adota uma abordagem centrada em entrevistas abertas com pastores, tanto de comunidades independentes quanto da IECLB, além de líderes institucionais, permitindo captar diferentes perspectivas sociais, históricas, políticas e financeiras que moldam a relação entre esses grupos.

A história oral é apontada como a metodologia mais viável para o estudo, pois possibilita o acesso às memórias e experiências de indivíduos que, muitas vezes, ficam à margem dos registros escritos. Essa abordagem enriquece a reconstrução da memória das comunidades independentes e contribui para ampliar a historiografia do protestantismo no sul do Brasil. Assim, a pesquisa busca promover uma visão mais inclusiva e pluralista, valorizando as especificidades e os

desafios enfrentados por essas comunidades na preservação de sua identidade cultural e religiosa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história da colonização alemã no Brasil, do luteranismo e da IECLB já foi estudada por diversos pesquisadores, como Martin Norberto Dreher, René Ernani Gertz, Euler Renato Westphal, Giralda Seyferth, Wilhelm Wachholz e Jean Roche. A IECLB se entende como Igreja de Jesus Cristo no Brasil, com plena autonomia jurídica, administrativa e pastoral. Seu objetivo é ser uma igreja a serviço do povo brasileiro, vinculando sua ação pastoral e missionária à realidade histórica e social do país.

Nos anos 1960 e 1970, conforme relata Douglas Welmut, a IECLB vivenciou intensas transformações. O contexto pós Segunda Guerra Mundial trouxe a valorização do diálogo e a busca por reconstrução. Além disso, movimentos sociais ligados à ciência, à sexualidade e ao papel da mulher influenciaram a vida eclesial. A Igreja, nesse período, buscou acompanhar essas mudanças, pensando novas formas de viver a fé, a comunhão e a relação com a sociedade brasileira.

Essa postura resultou em um espírito missionário fortalecido, ainda visível na atualidade. A IECLB possui uma secretaria dedicada à missão, que reflete sobre práticas pastorais, produz subsídios e promove campanhas. Um marco foi o Manifesto de Curitiba, em 1970, quando a Igreja assumiu posição corajosa durante a ditadura civil-militar, defendendo responsabilidade social e deixando claro que não era uma igreja para um povo específico, mas para todo o Brasil, como destacou Breno Driedrich, pastor entrevistado.

Entretanto, persiste a questão: por que a IECLB não conseguiu incorporar as comunidades independentes? O Sínodo Sul-Rio-Grandense, responsável por 20 paróquias, 98 comunidades e 10 pontos de pregação, é quem articula esse contato. Um exemplo de aproximação é a atuação do ministro Kevin Peter Teixeira, cedido pela IECLB para auxiliar comunidades independentes, mostrando tentativas de diálogo e quebra de barreiras históricas.

A definição das comunidades independentes remonta à imigração pomerana no século XIX. OSWALD (2014) observa que, sem apoio do Estado ou da Igreja Alemã, os imigrantes de São Lourenço do Sul organizaram suas próprias comunidades, criando escolas, templos e escolhendo líderes religiosos entre os mais letrados. Essa religiosidade comunitária surgiu como resposta à carência institucional, mas consolidou-se como modelo alternativo de autonomia.

O fator da necessidade é central. Diferentemente da visão de isolacionismo muitas vezes atribuída a essas comunidades, elas foram formadas como soluções práticas para a falta de pastores e de assistência religiosa. Ao longo do tempo, essa prática gerou uma tradição própria de autogestão, que permanece até hoje.

THUM (2009) aponta que, nas comunidades livres, qualquer membro é considerado pregador, reforçando o princípio do sacerdócio universal de todos os crentes. Isso dispensa a formação teológica acadêmica e legitimava a escolha comunitária de seus líderes. Em alguns casos, o ministério pastoral chega a ser transmitido de forma hereditária, marcando ainda mais o caráter autônomo dessas comunidades.

Esse modelo confrontava a IECLB, onde pastores são porta-vozes de diretrizes institucionais. Muitos imigrantes rejeitavam essa figura de autoridade, pois associavam-na à opressão da Igreja territorial e do Estado prussiano. DREHER (1984) destaca que os pomeranos recusaram-se a submeter-se

novamente a sínodos, pois viam isso como uma volta à condição de servidão experimentada na Europa.

O desejo de liberdade, portanto, tornou-se marca dessas comunidades. RIETH (1990) aponta que até hoje elas se preservam livres no Rio Grande do Sul, especialmente em São Lourenço do Sul, Canguçu, Pelotas e Camaquã, onde são atendidas por 16 pastores independentes. Essa preservação mostra a força de sua tradição.

IEPSEN (2022) acrescenta que, apesar de independentes, essas comunidades possuem estatutos, normas e assembleias próprias. Seus membros são considerados sócios e contribuem financeiramente para eventos específicos, como batismos, casamentos e funerais. O modelo é característico da Serra dos Tapes e pouco comum em outras regiões de imigração pomerana no Brasil.

DREHER (1994) também relaciona as comunidades independentes à tradição germânica da igreja privada, em que a fé estava ligada à propriedade do senhor da terra. No Brasil, esse modelo foi adaptado: agora, a comunidade inteira assumia a gestão da vida religiosa, construindo uma identidade coletiva autônoma. SEYFERTH (1994) observa que, embora oficialmente brasileiros, os pomeranos evocam constantemente sua origem alemã, reforçando a identidade, mas sem aceitar a submissão a instituições religiosas ligadas ao Estado alemão.

Kevin Peter Teixeira, retomando autores como DREHER (2005) e HAMMES (2014), afirma que as comunidades independentes não pertencem nem à IECLB nem à IELB, mas professam a fé luterana de forma livre e autônoma. Elas mantêm organização própria, baseada no sacerdócio de todos os crentes, no caráter associativo e na autossuficiência financeira e administrativa.

Em síntese, as comunidades luteranas independentes do extremo-sul do Rio Grande do Sul são fruto da imigração pomerana e da necessidade de autossuprimento religioso diante da ausência estatal e eclesiástica. Mantêm-se fiéis ao princípio do sacerdócio geral, à autonomia administrativa e à preservação de tradições, recusando a filiação a instituições maiores como a IECLB.

Esse fenômeno revela uma expressão particular da fé luterana, que se mantém viva justamente por sua capacidade de se adaptar às condições históricas, sociais e culturais do território brasileiro. A ausência de uma estrutura clerical rígida permitiu que essas comunidades cultivassem uma forma de religiosidade enraizada na participação coletiva, onde cada membro é valorizado como agente ativo da vida comunitária. Essa prática fortalece laços de solidariedade, reforça a identidade cultural pomerana e evidencia que a vivência do luteranismo não precisa estar necessariamente vinculada a grandes instituições para ser legítima.

Além disso, as comunidades independentes representam um importante patrimônio cultural e religioso, pois guardam a memória de um processo de resistência contra formas de opressão e controle herdadas da Europa. Sua permanência até os dias atuais demonstra não apenas apego à tradição, mas também capacidade de renovação e diálogo com novos contextos. Ao mesmo tempo em que preservam costumes antigos, essas comunidades continuam a dialogar com a sociedade ao redor, seja por meio de práticas associativas, seja pelo testemunho de fé que insiste em valorizar a autonomia e a liberdade como fundamentos centrais de sua identidade coletiva.

4. CONCLUSÕES

Em conclusão, a pesquisa representa uma contribuição significativa ao lançar luz sobre um campo pouco explorado da historiografia religiosa no Brasil: as

comunidades luteranas independentes do extremo sul do Rio Grande do Sul. Ao investigar os motivos que levaram esses grupos a permanecer fora da IECLB e de outras instituições eclesiais, o estudo evidencia que sua independência não pode ser reduzida a uma questão administrativa ou financeira, mas está profundamente enraizada em fatores simbólicos, teológicos, culturais e históricos. A tradição herdada dos imigrantes pomeranos, a valorização da memória coletiva e o apego ao princípio do sacerdócio universal dos crentes constituem pilares que sustentam sua resistência à institucionalização.

Além disso, a pesquisa amplia o debate sobre a pluralidade do protestantismo brasileiro ao propor uma leitura crítica e inovadora do conceito de autonomia. Ao analisar essa “zona de fronteira”, revela-se que essas comunidades se situam em um espaço simbólico de negociação, no qual a resistência à integração institucional é também uma afirmação de identidade, preservação cultural e reafirmação de valores próprios. Tal abordagem enriquece a historiografia não apenas ao documentar essas experiências, mas ao interpretá-las dentro de uma perspectiva que valoriza a diversidade, a singularidade e a complexidade do ser luterano no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

THUM, C. **Educação, História e Memória**: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. São Leopoldo, 2009.

DREHER, M. N. **Igreja e germanidade**: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.
HAMMES, E. L. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul**: da formação de sua colônia aos primeiros anos após seu sesquicentenário / Edilberto Luiz Hammes. 1. Edição. São Leopoldo, RS: Studio Zeus, 2014.

IEPSEN, Airton Fernando. ***Uma narrativa sobre a religiosidade do povo pomerano em São Lourenço do Sul***. 2022. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022.

OSWALD, T. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886 - 1945)**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C. VASCONCELLOS, N. (et. al.) **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: ULBRA, 1994, p. 11 – 27.

TEIXEIRA, K. P. **As comunidades evangélicas luteranas livres e independentes: história e atualidade**. 2018. 37 f. Trabalho de Pesquisa de Graduação (Bacharelado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2018.

RIETH, R. W. Dois modelos de Igreja Luterana: IECLB e IELB. In: Dreher, M. (org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre/São Leopoldo, 1990